

ILHA GRANDE Área degradada por 10 anos de depósito de dejetos é desativada mas não tem projeto de recuperação

Depósito de lixo contamina cachoeira

Fotos de João Paulo Engelbrecht

Uma das principais responsáveis pela preservação e fiscalização da Ilha Grande é também uma das maiores predadoras da área. A Prefeitura de Angra dos Reis mantém há 10 anos um vazadouro de lixo numa área de cerca de 300 metros quadrados do Parque Estadual, na Vila do Abraão. Durante esse período, foram depositadas seis toneladas de dejetos. Ao assumir a administração municipal, o prefeito Fernando Jordão, do PSB, determinou que fosse interrompido o depósito de lixo no local. A recuperação do terreno ocupado pelo *lixão*, no entanto, ainda não tem solução à vista. Não há propostas concretas para transferir o montante já depositado e recuperar a área com o plantio de novas árvores.

A Ilha Grande produz 10 toneladas de lixo diariamente durante a alta temporada e 1,5 tonelada na baixa. Com a interrupção do depósito no Parque, o lixo está sendo transportado para o continente em contêineres. "Vivemos 12 anos de uma administração do PT que permitiu que a situação chegasse a esse ponto. Recebemos a prefeitura em condições caóticas. Agora estamos estudando para onde encaminharemos o lixo da ilha", afirma Rubem Doble, secretário municipal de Planejamento e Meio Ambiente.

Projeto - A morosidade é outra barreira para acabar com o lixão no Parque Estadual. Há um ano, por exemplo, tramita na Procuradoria do Estado um projeto com esse objetivo, elaborado pelo ex-prefeito José Marcos Castilho (PT). O documento sequer chegou a ser analisado. "Enquanto isso, o problema vai se multiplicando. Quando chove, o chorume atinge a cachoeira e a Praia Preta", alerta Paulo Schiavo, diretor de conservação da natureza do Instituto Estadual de Floresta (IEF).

A prefeitura começou a depositar lixo na área em 1991. Segundo Schiavo, a autorização foi dada provisoriamente pelo então administrador do Parque. Na ocasião ainda não existia a Lei 9.605 de crimes ambientais, que impediria até a concessão de autorização provisória. Desde de então, há processo contra o vazadouro, tanto no Ministério Público Federal, quanto no estadual. "O mais importante é discutir a destinação e a forma de transporte do lixo. Para retirar o lixo do Parque, será preciso usar caminhões e abrir espaço, o que deverá ser feito sem degradar ainda mais o meio ambiente", analisou Schiavo.

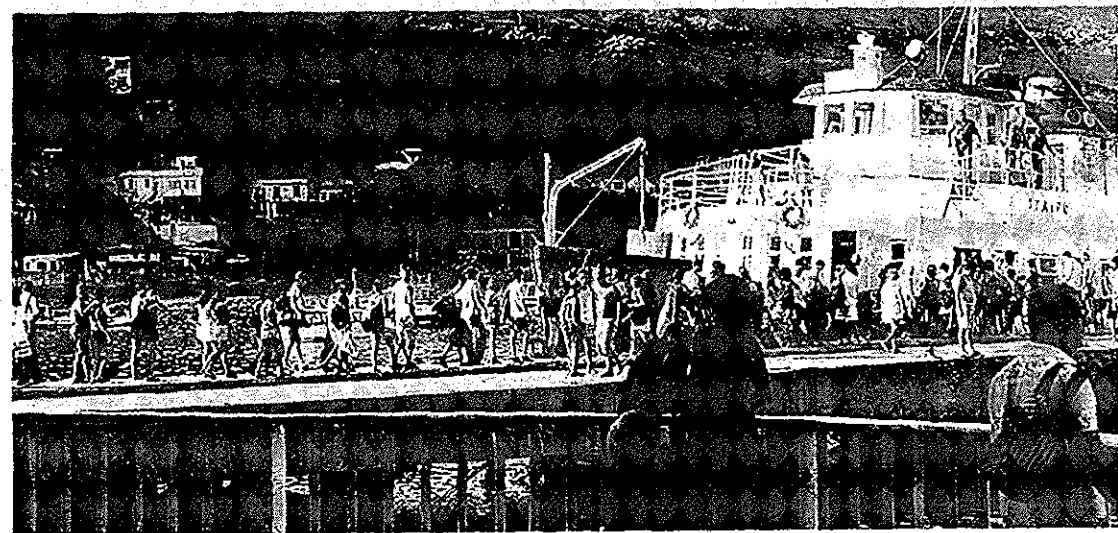
Na tentativa de minimizar o problema gerado pelo vazadouro, a administração passada chegou a iniciar a obra de uma usina de compostagem Parque, mas o projeto acabou ficando abandonado. "Também teremos que rever esse ponto. Para a implantação de uma usina teremos que discutir com o IEF um local mais adequado, distante, por exemplo, dos pontos de bacia. Principalmente porque os recursos hídricos são escassos", analisa Doble.

Com 5.600 hectares, o Parque Estadual foi criado pelo decreto 15.273 de 28 de junho de 1971. Apesar da grande extensão da ilha com relevância biológica de Mata Atlântica, apenas três fiscais são responsáveis pela preservação da unidade.

Procurados pelo JORNAL DO BRASIL para falar sobre as acusações de omissão no combate aos crimes ambientais, o primeiro prefeito da era pestista Neirobes Nagae, que disputou pela segunda vez a prefeitura no último pleito, não quis rebater as acusações. "Não entro em polêmicas. Bucamos o tempo todo soluções técnicas", afirmou. Os dois últimos a ocupar o cargo o deputado federal Luiz Sérgio Nóbrega, PT, e José Marcos de Castilho não foram localizados.



Instalado em uma área cedida pela própria prefeitura de Angra dos Reis, o depósito de lixo deixa escoar o chorume até os cursos d'água da Ilha Grande



O acúmulo de lixo e esgoto se agrava nos fins de semana do verão, com a chegada dos turistas

A invasão das barracas

Eles chegam de barca, escunas ou em embarcações de luxo. Na bagagem, a munição dos turistas é farta: máquinas fotográficas, câmeras, alimentos e barracas de camping. Na mira estão, na maioria dos casos, belas praias, como Caxadaço, Parnaióca, Palmas, Aventuroiro e Santo Antônio. Mas o rastro deixado é preocupante. O camping selvagem é proibido em toda a ilha, mas a falta sistemática de fiscalização, segundo a vice-presidente da Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande, Hilda Maria de Souza, resulta numa média, na alta temporada, de 200 campings selvagens.

No fim do mês passado, nas localidades de Caxadaço, Parnaióca e Aventuroiro, turistas que faziam camping irregular foram retirados da praia durante operação comandada por policiais do Batalhão Florestal. Mas a vice-presidente ainda considera a fiscalização precária. Isso facilita, segundo Hilda, outra irregularidade: os campings de fundo de quintal. A Lei Municipal 842 de fevereiro de 1996, que regulamenta a atividade, exige, por exemplo, para a instalação de barracas, coletor de lixo para cada 100 metros quadrados e um tanque para cada 200 metros. No entanto, a entidade calcula que existam

50 campings espalhados, principalmente, na Vila do Abraão, sem atender a qualquer dessas exigências.

"A lei tem 15 anos, mas apenas um camping foi regularizado até hoje. O restante funciona sem cumprir os requisitos determinados pela lei", protesta ela, observando que durante a alta temporada o número de campings de fundo de quintal chega a 100. Para combater a atividade, Hilda afirma que estão sendo feitas reuniões permanentes com fiscais do Instituto Estadual de Floresta, prefeitura, policiais do Batalhão Florestal e as entidades não governamentais.

Jorge Cecilio



A vista aérea da Vila do Abraão mostra a proliferação de línguas negras com esgoto

Os defensores da Ilha

Armados com yassouras, sacos plásticos de mil litros e luvas, a tropa da Brigada Mirim é o maior exemplo de consciência ecológica em defesa da Ilha Grande. A turma formada por 54 adolescentes, de 14 a 17 anos, não brinca em serviço. A cada chegada de uma barca, lá estão eles no cais distribuindo panfletos sobre a necessidade de preservação do paraíso ecológico. "Precisamos ter respeito pela natureza. Ela é a nossa casa", orienta Fabiano Barboza dos Santos, de 17 anos, que faz parte do grupo há três anos.

A rotina da tropa começa às 9h. Cada grupo trabalha durante três horas, por cada dia, três vezes por semana. Para isso cada um deles recebe uma bolsa-auxílio de meio salário mínimo - um estímulo a mais para trabalhar na preservação da Ilha. O trabalho de limpeza de praias e trilhas resulta na retirada mensal de 30 toneladas de lixo na baixa temporada. Um número que chega a dobrar, dependendo da época do verão e da coincidência de feriados em dias seguidos a fins de semana. O material reciclável da coleta é trocado por aparelhos eletrônicos que são doados para as escolas públicas da região. "Já doamos vários ventiladores,

aparelhos de televisão e outros equipamentos", orgulha-se o gerente operacional da Brigada, Heron Dário.

Além de ajudar na preservação do meio ambiente, os meninos e meninas que fazem parte da Brigada recebem cursos de jardinagem, vivilista, ecologia e marinho. A maioria deles tem interesse por áreas que podem se tornar, mais tarde, lucrativas na ilha, como noções de embarcação e de turismo. Outro projeto em andamento é a criação de guias mirins. Sete adolescentes já foram formados. "Monitoramos toda a Ilha. Participamos de mutirão de limpeza e do trabalho de reflorestamento", explicou Dário.

Para entrar na Brigada, o adolescente precisa estar matriculado na escola e apresentar desempenho e assiduidade - ou seja, a brigada estimula também o interesse pelos estudos. Em caso de reprovação escolar, o participante é obrigado a deixar a tropa. "Cobramos responsabilidade. E isso é passado pelos próprios jovens a outras pessoas", conta Dário. Baseados na Vila de Abraão, a Brigada mantém ainda núcleos em 13 praias e mantém o cultivo de hortaliças e mudas em outra unidade.

Presídio dificultava crescimento

A 14 milhas do município de Mangaratiba e a 12 de Angra dos Reis, a Ilha Grande foi descoberta em 1502 pelo navegador português André Gonçalves. Terra dos índios Tamoiós, a beleza natural do lugar, com serras, cachoeiras e praias, demorou a ser habitada. Até a chegada do português Martim Afonso de Souza, em 1531, o cenário paradisíaco era palco apenas da guerra entre os índios Tamoiós e Guaianás. Só em 1803 o povoado conquistou a condição de paróquia, com o nome de Freguesia de Santana da Ilha Grande de Fora, apontado em livros históricos como um dos mais importantes entrepostos do tráfico ilegal de escravos.

Em 1884, por ordem do Governo Imperial, foi construído um hospital de triagem para evitar a entrada da cólera no país, o que afastou a possibilidade de expansão demográfica. Somente a partir de 1891 foram criados os distri-

tos de Abraão e Sítio Forte. Apesar de guardar em sua história meio século de guerra indígena, porto de piratas e escravos, a Ilha acabou ficando famosa em todo o país depois da construção do Instituto Penal Cândido Mendes, entre as passagens memoráveis, está a fuga cinematográfica do traficante Luiz Carlos dos Reis Encina, o Escadinho, que foi resgatado do presídio de helicóptero.

O presídio foi construído em 1902, por determinação do governo federal, na localidade de Dois Rios, que se dividia na Colônia Penal Cândido Mendes e na Colônia Agrícola do Distrito Federal. Em 1962, com a estadualização, a Colônia Penal foi desativada e foi criado o Instituto. A desativação da penitenciária em 1994 permitiu o resgate de um paraíso considerado proibido.

Sem a penitenciária, a Ilha deixou de ser considerada um investimento de risco para se tornar uma mina de ouro. O preço dos terrenos dobraram. Uma área, por exemplo, de 360 metros quadrados, chega a custar R\$ 100 mil. O grande desafio é transformar a região num reduto com hotéis e pousadas integradas ao meio ambiente.

Santuário ecológico ameaçado

ADRIANA CRUZ

Um dos maiores santuários ecológicos do país corre perigo. Com 193 quilômetros de extensão e 155 quilômetros de orla marítima, a Ilha Grande, em Angra dos Reis, na Região Sul Fluminense, pede socorro para combater as ações do seu maior predador, o homem, contra o cenário paradisíaco formado por montanhas, Mata Atlântica, cachoeiras, rios e 106 praias. Depois da implosão do Instituto Penal Cândido Mendes, o território viveu uma fase de crescimento desordenado. A exploração imobiliária já atinge as 40 comunidades da ilha, onde proliferam os loteamentos irregulares.

Com cinco mil habitantes, de acordo com o censo de 1996, e 140 estabelecimentos comerciais, a ilha chega a produzir, durante o verão, 2,4 milhões de litros de esgoto, dos quais apenas 420 mil são tratados, e 10 toneladas diárias de lixo. O processo de degradação tem ainda uma agravante: para combater crimes ambientais, órgãos municipais, estaduais e federais enfrentam conflitos jurídicos. A rigor, toda construção na Ilha Grande deveria ser submetida à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), por se tratar da Área de Proteção Ambiental (APA-Tamoios). No entanto, o presidente do órgão, Axel Graef, é taxativo ao afirmar que a prefeitura, principalmente na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), que durou 12 anos, emitiu, à revelia da Fundação, um número ainda não contabilizado de alvarás. "Recebemos denúncias e há embargo de dezenas de obras", afirma Axel.

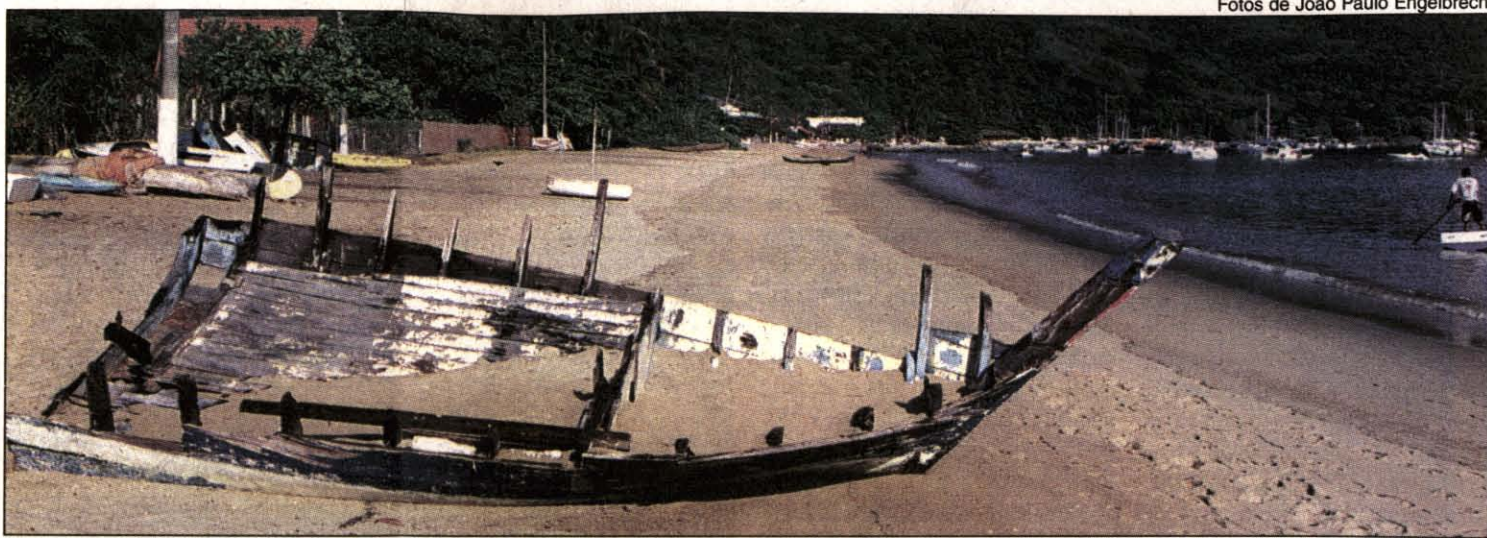
Legislação – O imbróglio jurídico envolve ainda a Reserva Biológica da Praia do Sul, na Vila do Aventureiro. Apesar do título, a região é habitada, o que é proibido em reservas. No entanto, a Constituição Federal garante o direito de comunidades tradicionais se instalarem nessas áreas. "Essa sobreposição de legislações acabam gerando conflito entre os órgãos fiscalizadores, como Feema, Serla, Instituto Estadual de Floresta e prefeitura", avalia Rubem Dobler secretário municipal de Planejamento e Meio Ambiente.

Enquanto a legislação única, sugerida pelo presidente da Feema, está fora de questão, os efeitos práticos do desrespeito ecológico são devastadores. Os ambientalistas denunciam que o decreto municipal 1.543, que permite a construção de pousadas e residências em áreas de interesse ambiental, é mais uma manobra para alimentar a exploração imobiliária desenfreada. "Os costões já estão sendo demarcados para dar lugar a futuras mansões", denuncia o presidente do Comitê de Defesa da Ilha Grande, Hermano Reis.

Comissão – Assinado na gestão do ex-prefeito José Marcos Castilho, o decreto será revisto. "O problema não é a permissão, mas os critérios que não respeitam o meio ambiente. Foi criada uma comissão que analisará as mudanças que serão feitas no decreto", explica Dobler. Responsável pela fiscalização do Parque Estadual, em cuja área se encontra um vazadouro de lixo de 300 metros quadrados, da prefeitura, o diretor de Conservação da Natureza do Instituto Estadual de Floresta, Paulo Schiavo, diz que acredita que, para combater os crimes ambientais, toda a área urbana da ilha deveria ser revista. "É preciso cumprir a lei. Acho que a ilha está saturada", opina.

Durante três dias, a reportagem do **JORNAL DO BRASIL** percorreu trechos da ilha. No leque de irregularidades, foi constatado desde o lixo em abundância nas praias, até cais que cobram R\$ 10 reais, em Araçatiba, para o embarque e desembarque de passageiros. A Capitania dos Portos, órgão da Marinha e responsável pela liberação da obra, informou que só emite um "nada a opor" a construção, autorizada pelo governo municipal. Dessa forma, o proprietário poderá regulamentar seu uso.

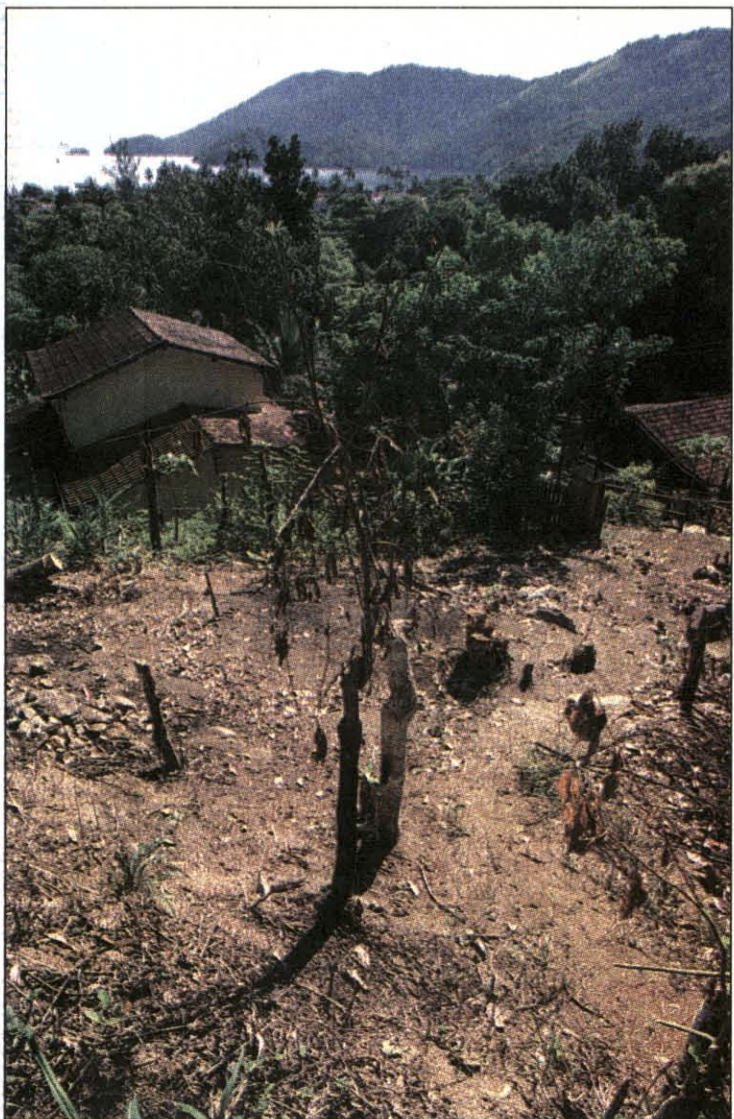
Segundo a Marinha, a Capitania não fiscaliza o uso de cais, mas o proprietário só pode impedir a atracação de uma embarcação quando envolver a proteção de vida humana. A assessoria de imprensa da prefeitura informou que já recebeu três denúncias, que estão sendo investigadas, sobre a cobrança de pedágio em cais.



Fotos de João Paulo Engelbrecht

Sem infra-estrutura para receber grandes quantidades de turistas, as praias da Ilha Grande sofrem com a sujeira nos fins de semana

ADRIANA CRUZ (2)



Os loteamentos irregulares ameaçam áreas de Mata Atlântica

Construções irregulares se espalham

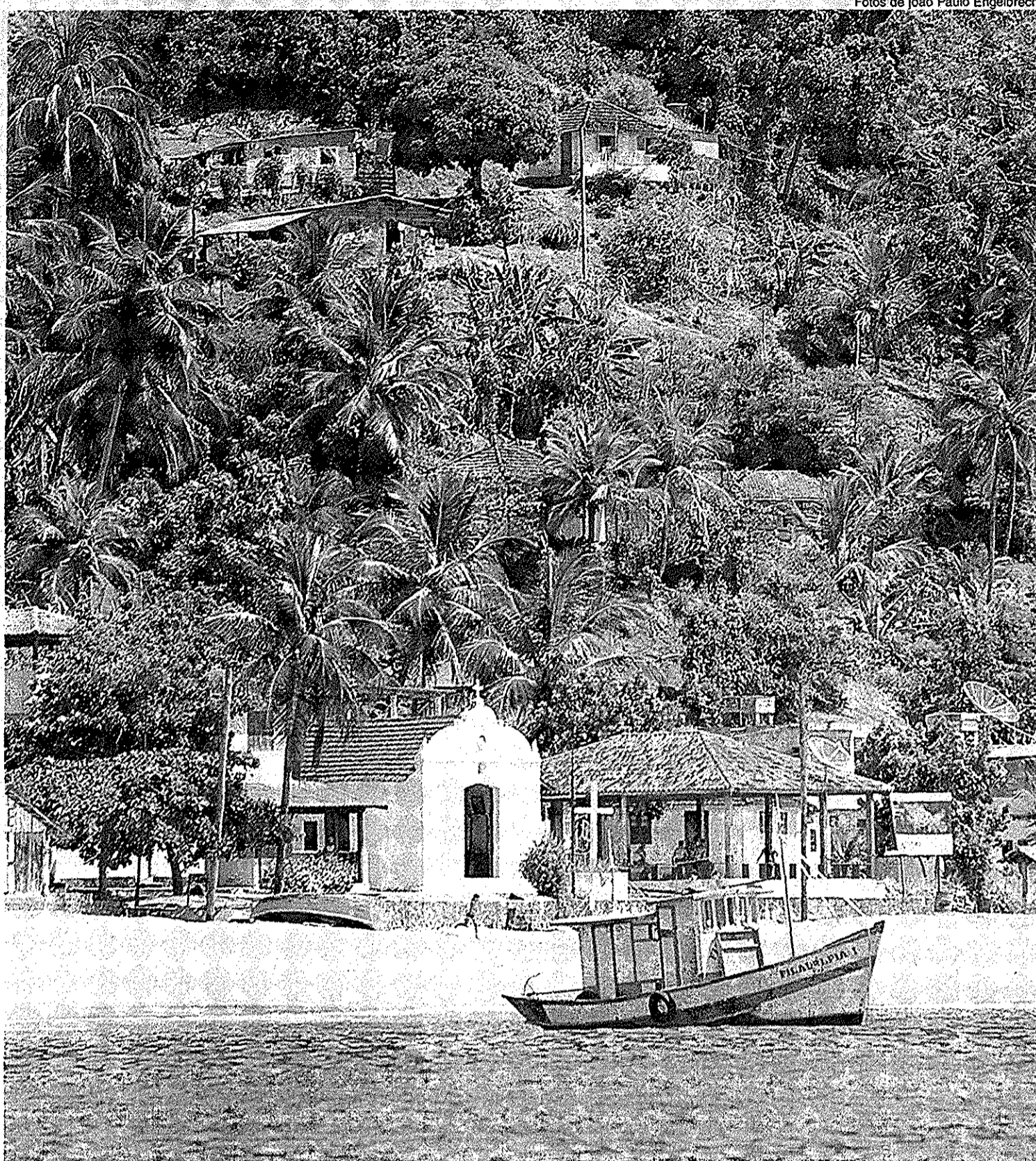
No cadastro da Prefeitura de Angra dos Reis consta o registro de 40 comunidades na Ilha Grande. Em todos os locais, o presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), Axel Graef, admite que há construções irregulares. A explicação, segundo ele, é simples: como toda a extensão da ilha é uma Área de Proteção Ambiental (APA-Tamoio) para qualquer construção é necessário autorização do órgão. Para constatar o crescimento desordenado provocado pela falta de fiscalização e liberação de alvarás, basta percorrer os locais mais cobijados, como Araçatiba e Vila do Abraão.

"Para construir até um puxadinho na Ilha é preciso liberação da Feema. Acontece que compram terras de pescadores e na administração anterior foram liberados vários alvarás sem o nosso parecer técnico", criticou Graef. Depois da implosão do Instituto Penal Cândido Mendes, a corrida imobiliária aumentou. No dia 19 de janeiro, por exemplo, o Instituto Estadual de Floresta (IEF) interditou uma obra de um complexo hoteleiro numa área de 100 hectares da Irati Imóveis e Representações LTDA, em Lopes Mendes. "As atividades estão suspensas pela degradação da área de mil metros quadrados. Há ainda um processo de litígio no Ministério Público Federal, pois a área é reivindi-

cada pela União", argumentou o diretor de Conservação da Natureza do IEF, Paulo Schiavo.

Na luta pela preservação da Ilha, ambientalistas do Comitê de Defesa da Ilha Grande lutam na Justiça pela preservação de uma trilha centenária que liga Vila do Abraão até a localidade Saco do Céu, em Camiranga. No local foi construída uma pousada. Em alerta, eles denunciam ainda as construções acima da Cota 40, criada pelo decreto municipal 9.452 de 1986, que proíbe empreendimentos 40 metros acima do nível do mar. "Sabemos desse problema e já mandamos um fiscal para Ilha para coibir novas construções", afirmou Alberto Marcatti, secretário Municipal de Obras de Angra dos Reis.

Para impedir a expansão irregular de pousadas, restaurantes e mansões o delegado titular da Delegacia do Meio Ambiente, Artur Cabral, informou que intensificará as operações na Ilha. No dia 2 de fevereiro policiais da delegacia, baseados em denúncias da organização não governamental Os Verdes, autuaram o Restaurante Peixe Frito, na Praia Comprida, na Vila do Abraão. "A obra não tinha licença da Feema", explicou Cabral. Apesar do trabalho, a delegacia tem dificuldades para manter a rotina pois só conta com 44 policiais para atuar em todo o estado. "Seria necessário, talvez, o triplo do efetivo", admitiu o delegado.



Fotos de João Paulo Engelbrecht



Os urubus frequentam as áreas onde se deposita sujeira

Construções já estão ocupando pontos nos morros acima dos 40 metros de altura, o que é proibido por uma lei municipal

Esgoto a céu aberto

Convidados, no mínimo, desagradáveis, estão tomando conta da praia do Abraão, na Vila do Abraão. Atraídos pelo lixo e pelo esgoto a céu aberto, jogado direto no mar por língua negras, os urubus, símbolo da poluição, contrastam com a beleza do cartão de visita e maior ponto de concentração demográfica da Ilha Grande. Segundo a coordenadora de Saneamento Básico de Angra dos Reis, a Ilha produz 2,4 milhões de litros de esgoto por dia. No entanto, apenas 420 mil dos 600 mil litros produzidos na Vila do Abraão são tratados. O restante é despejado em praias, rios e sumidouros.

De acordo com Comitê de Defesa da Ilha Grande, a falta de infraestrutura faz com que moradores procurem soluções alternativas e nada ecológicas. "Em muitas vilas o lixo é enterrado nas próprias praias e o esgoto corre a céu aberto", protesta o engenheiro florestal Hermano Reis, presidente do Comitê. O protesto é reforçado ainda pelos turistas.

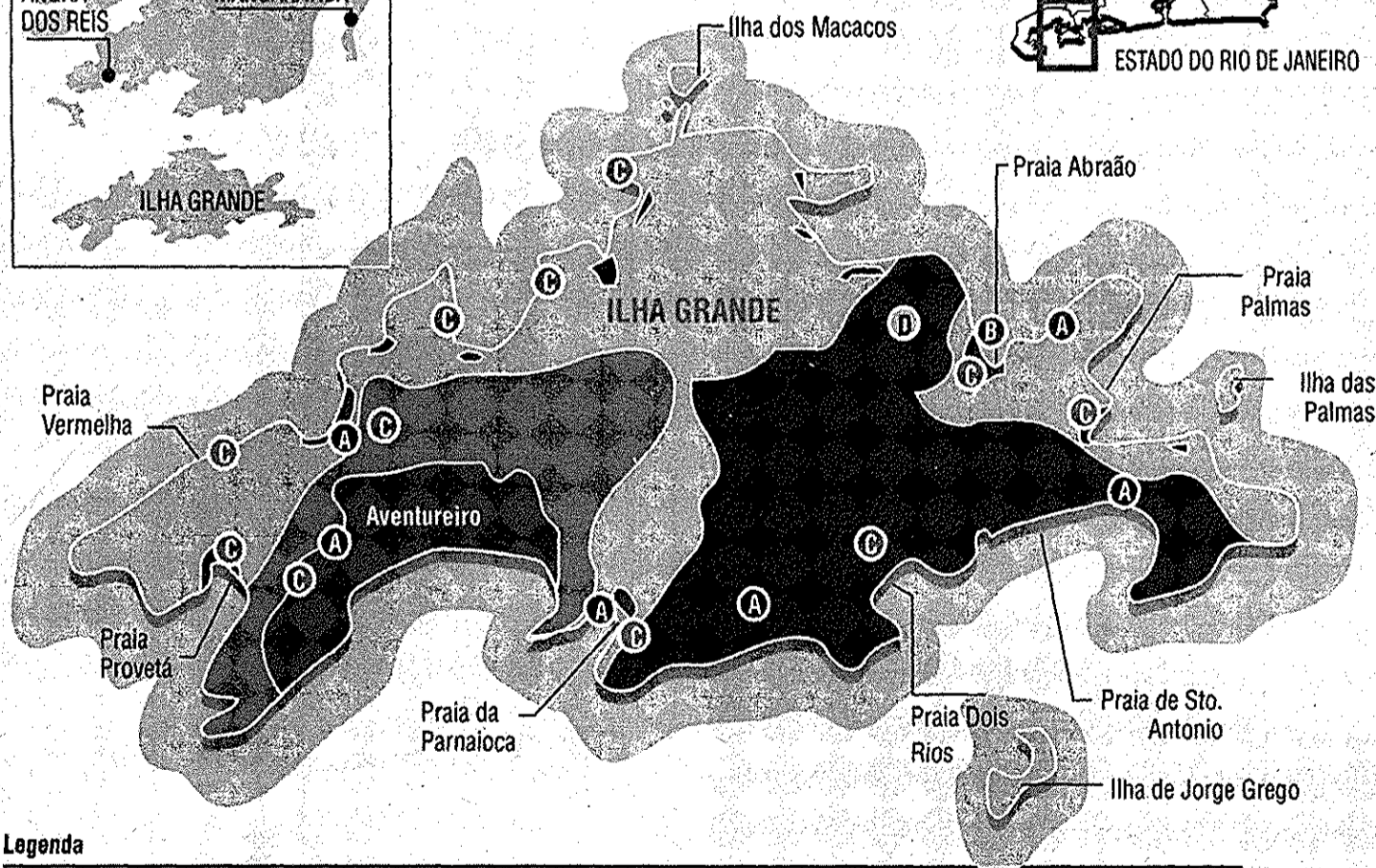
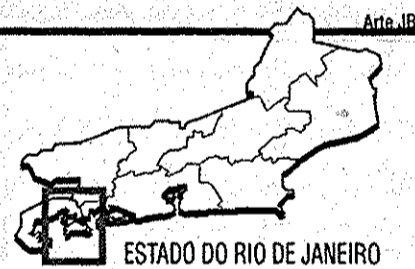
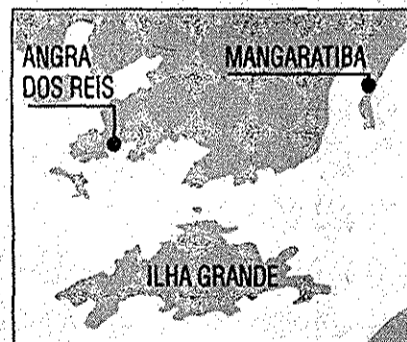
"Sempre ouvi elogios a beleza da Ilha, mas fiquei decepcionada quando cheguei a Abraão e

até na praia Preta, que estão cercadas de esgoto por todos os lados", reclama a comerciante Igenez Molinaro, de 58 anos, que visitava a Ilha pela primeira vez na semana passada.

O coordenador de Saneamento Básico de Angra, Alberto Soares de Moraes, argumenta que, apesar de uma nova administração da prefeitura ter assumido há pouco mais de um mês, o trabalho de retirada das línguas negras na Vila do Abraão já foi executado. Ele admite, no entanto, que novos projetos para acabar com o esgoto só poderão ser retomados a partir do ano que vem.

Ainda assim, segundo Moraes, a prefeitura de Angra dos Reis tem grandes planos para o futuro da ilha. "Planejamos transformar a Ilha num modelo para o município. Mas, encontramos a prefeitura com problemas enormes de caixa. Só a coordenação terá que enfrentar este ano um déficit de R\$ 1 milhão, deixado pela administração anterior. Além disso, em um mês de levantamento, já identificamos dívidas de mais R\$ 5 milhões", justificou o coordenador.

Problemas na ilha



Legenda

A Áreas de Camping Irregular B Lançamento de esgoto C Localidades D Localidades
Reserva Parque Estadual do Aventureiro Parque Estadual da Ilha Grande

Apagões irritam moradores e turistas

No último final de semana, cerca de 70% das 978 casas da Ilha Grande ficaram no escuro. Na Vila do Abraão, o apagão começou por volta das 21h de sexta-feira, foi interrompido por cerca de uma hora durante a madrugada e no sábado no início da tarde, mas o abastecimento só foi normalizado no domingo por volta das 12h. "Sete hóspedes foram embora antes do tempo previsto. Perdi mais de R\$ 1 mil em alimentos. É um desrespeito com o consumidor", desabafou Waldir Fernandes dos Santos, dono da Pousada D'Pillel, na Vila do

Abraão. Durante a semana, a Ilha voltou a sofrer de novo com os apagões.

De acordo com Carlos Ewandro Naegle, gerente de coordenação da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj), é a natureza a principal responsável pelos apagões. "O índice pluviométrico é alto. E a vegetação também danifica a rede", disse Naegle. Mas ele garante que a companhia pagará pelas perdas. "Comprovado o prejuízo, as indenizações serão pagas", informou. Mas para evitar uma chuva de ações, a Cerj já iniciou as obras de duplica-

ção da rede de iluminação da Ilha Grande. O projeto, avaliado em R\$ 3 milhões, está previsto para terminar em julho.

A concessionária gastará ainda R\$ 700 mil na reforma da subestação de Jacuacanga, responsável pela distribuição de energia da região, que usa um cabo submarino de 10 quilômetros. Naegle explicou também que a duplicação da rede será feita com cabo isolado, ou seja, imunes às ações das árvores, raios e animais.

Enquanto a nova rede não chega, o serviço da Cerj é alvo de duras críticas do Procon. Na

avaliação de Atila Nunes, coordenador do órgão, a concessionária está prejudicando os consumidores e será acionada judicialmente. "Estamos fazendo um mapeamento para identificar os locais que mais sofrem com os apagões para processar a empresa", afirmou Nunes. Segundo ele, os consumidores de qualquer ponto do estado, que tiverem aparelhos eletrônicos danificados por causa da falta de luz, podem acionar o Procon pelo telefone 531-1400. "No caso de bem perecível, a queixa deve ser feita ao Juizado Especial Cível", orientou.



No fim de semana passado, a Ilha ficou 40 horas sem luz